

TERRITORIAL



A seção aborda aspectos da política ambiental nos governos petistas, Temer e Bolsonaro associados à evolução do desmatamento na Amazônia Legal no período 2004-2019.

Desmatamento na Amazônia Legal

O texto aborda aspectos da política ambiental nos governos petistas, Temer e Bolsonaro associados à evolução do desmatamento na Amazônia Legal no período 2004-2019. Para tal, consideraram-se dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), disponíveis no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

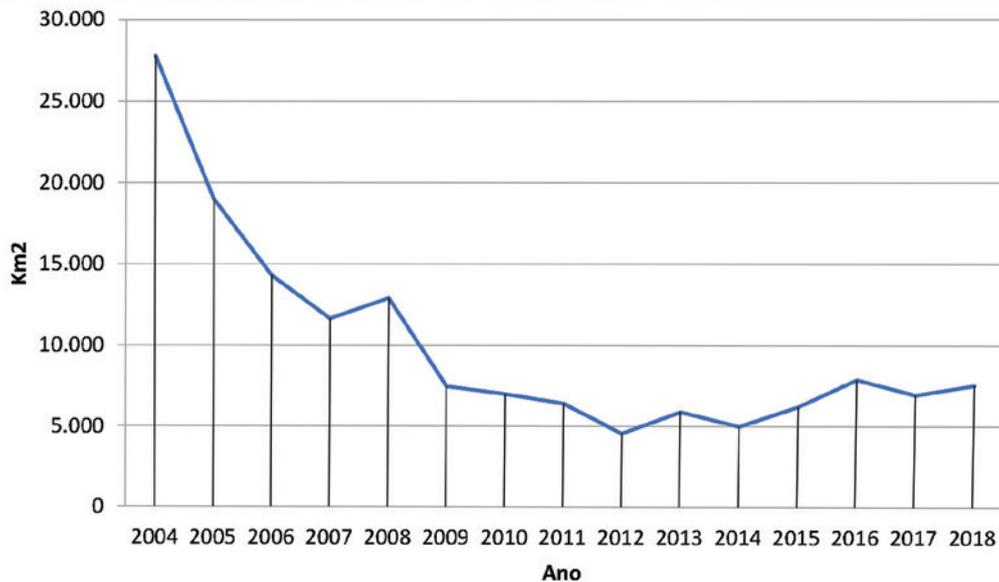
Evolução do desmatamento na Amazônia Legal

O início do governo Bolsonaro foi marcado pelo avanço do desmatamento na Amazônia e por um conjunto de retrocessos na condução da política ambiental brasileira. O avanço do ritmo do desmatamento no período recente veio acompanhado por conflitos sociais pelo uso da terra e resultou no aumento da violência no campo. O desmatamento vem causando boicotes comerciais de países importadores que defendem campanhas ambientais, bem como influenciado negociações de acordos

comerciais entre o Mercosul e a União Europeia. O crescimento é um dos grandes responsáveis por emissões de gases de efeito estufa no Brasil, ocasionando mudanças climáticas e nos distanciando das metas pactuadas em torno do Acordo de Paris.

O gráfico 1 aponta a evolução do desmatamento na Amazônia Legal. Entre 2004 e 2018, o desmatamento diminuiu seu ritmo ao considerar os dois extremos do período analisado, especialmente entre 2004 e 2012. Em 2004, 27.772 mil km² foram desmatados na Amazônia Legal, em oposição a 7.536 mil km² de floresta desmatados em 2018. Entre 2004 e 2012, houve uma tendência de redução mais acentuada, chegando a 86%.

Nesse período, importantes medidas foram tomadas pelos governos Lula e Dilma para que se conseguisse diminuir o ritmo no desmatamento. Entre elas, especialmente entre 2004-2012, destacam-se a conservação, fiscalização, penas mais duras e restrição de crédito.

Gráfico 1 – A evolução do desmatamento na Amazônia Legal – 2004-2018

Fonte: MCTIC/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

No quesito conservação, as áreas protegidas na Amazônia aumentaram em 59,6 hectares entre 2003 e 2006. Em 2008, houve um maior rigor na fiscalização dos municípios com área de desmatamento intensa e os proprietários cujas terras foram ilegalmente desmatadas passaram a responder a penas como embargo de atividades e apreensão de bens. Em 2018, a Resolução nº 3.545 do Banco do Brasil passou a estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

Entre 2012 e agosto de 2016, ainda no governo Dilma, observaram-se oscilações no ritmo de desmatamento e um grande esforço na condução de uma política de desenvolvimento preocupada com as questões ambientais. Em 2015, houve importante atuação brasileira em torno do Acordo de Paris e da agenda climática internacional, uma vez que a delegação brasileira presidiu o grupo de facilitação das negociações sobre a diferenciação de metas para cada país e teve papel articulador com a África do Sul, Índia e China. Observaram-se também avanços na implantação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e com os compromissos firmados com os Estados Unidos, Alemanha e Noruega em torno do Fundo da Amazônia e do Fundo do Clima.

Nos governos petistas se implantou a política de redução do desmatamento com a elaboração do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, do Cadastro das Florestas Públicas, bem como mudanças na fiscalização e licenciamento ambiental. No período destaca-se a criação do Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (Bolsa Verde), uma experiência brasileira relevante de apoio ao extrativismo e desenvolvimento rural, promovendo a qualidade de vida, o acesso e uso dos recursos naturais com conservação ambiental.

Na gestão do Partido dos Trabalhadores também houve melhoria da gestão das Unidades de Conservação nos biomas e do monitoramento da biodiversidade, com destaque para valorização do papel do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF).

No entanto, no governo de Michel Temer ampliou-se de 6.947 km² para 7.536 km² o ritmo do desmatamento da Amazônia Legal, correspondendo a um aumento de 8%, entre 2017 e 2018. No período destacou-se a Lei nº 13.465/2017, que versa sobre alteração na legislação fundiária e que beneficiou a grilagem via expansão da área passível de titulação,

funcionando como uma espécie de anistia aos grileiros de terras invadidas.

O Gráfico 2 mostra a redução da área de floresta desmatada na Amazônia por Unidades da Federa-

ção entre 2017 e 2018. Observou-se que o Acre e Roraima apresentaram um aumento de 73% e 48%, respectivamente. Já Tocantins apresentou uma redução de 19% em igual período.

Gráfico 2 - A evolução do desmatamento nas Unidades Federativas da Amazônia - 2017-2018



Fonte: MCTIC/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Quanto aos estados, foram observadas pela organização Imazon flexibilização nas legislações fundiárias da Amazônia Legal aprovadas por assembleias estaduais do Amapá (em 2018) e do Mato Grosso (em 2019), ambas favorecendo a grilagem. A Assembleia Legislativa do Pará também aprovou um projeto de flexibilização fundiária, sancionado pelo governador em 8 de julho de 2019. Essa lógica frente ao afrouxamento das leis fundiárias estaduais e federais acontece em pleno cenário de perda da biodiversidade, impactando o enfrentamento das mudanças climáticas e o combate a degradação ambiental.

Iniciado em janeiro de 2019, o governo já oferece preocupações para a conservação da Amazônia Legal devido aos retrocessos na condução da política ambiental brasileira. Bolsonaro vem favorecendo os ruralistas, prejudicando as comunidades tradicionais e afrouxando medidas que foram tomadas por governos petistas para fiscalizar e coibir o desmatamento ilegal.

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 2.407 km² de floresta amazônica foram desmatados entre janeiro e junho de 2019. Nos primeiros quinze dias de julho de 2019, foram mais 1.000

km² de desmatamento na Amazônia, correspondente a um aumento de 68% em relação a julho de 2018.

A divulgação do aumento do desmatamento brasileiro foi recebida como sinal de alerta pelos governantes da União Europeia que discutem o acordo comercial regional com o Mercosul. O presidente declarou que a divulgação dos dados do Inpe prejudica o país, que pretende censurar sua disseminação no futuro, bem como mencionou desconfiar da metodologia de mensuração do desmatamento, mesmo sem conhecê-la a fundo. Entretanto, segundo o Inpe, os números divulgados se baseiam em imagens captadas por satélite e têm precisão superior a 90%.

Na verdade, o dado sobre o avanço do desmatamento é apenas uma consequência da desestruturação da política ambiental brasileira ocorrida em seu governo. Entre os retrocessos da atual gestão, destaca-se a retirada das áreas de serviços florestais e de recursos hídricos do Ministério de Meio Ambiente, a extinção do setor de mudanças climáticas, bem como a frouxidão na fiscalização, a flexibilização das multas por crimes ambientais e uma possível extinção do Fundo Amazônia.